

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LII

FLORIANÓPOLIS, 15 DE MAIO DE 2003

NÚMERO 5.103

15ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Volnei Morastoni
PRESIDENTE

Onofre Santo Agostini
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves de Souza
2º VICE-PRESIDENTE

Romildo Titon
1º SECRETÁRIO

Altair Guidi
2º SECRETÁRIO

Sergio Godinho
3º SECRETÁRIO

Francisco de Assis
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Rogério Mendonça

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
Líder: Antônio Ceron

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Afrânio Boppré

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Jorginho Mello

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO LIBERAL
Líder: Odete de Jesus

COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES E DE MÉRITO

COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

João Paulo Kleinubing - Presidente
Herneus de Nadal - Vice Presidente
Júlio Garcia
Celestino Secco
Paulo Eccel
Joares Ponticelli
Afrânio Boppré
Ronaldo Benedet
Jorginho Mello
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Djalma Berger - Presidente
Dionei Walter da Silva - Vice Presidente
Wilson Vieira
Rogério Mendonça
Manoel Mota
Antônio Carlos Vieira
Jorginho Mello
Reno Caramori
Antônio Ceron
Quartas-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Mauro Mariani - Presidente
Valmir Comin - Vice Presidente
Pedro Baldissera
Dionei Walter da Silva
Reno Caramori
Narcizo Parisotto
João Rodrigues
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS
FUNDAMENTAIS**

Odete de Jesus - Presidente
Dionei Walter da Silva - Vice Presidente
Ana Paula Lima
Mauro Mariani
Nilson Nelson Machado
Nelson Goetten
João Paulo Kleinubing
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

João Rodrigues - Presidente
Wilson Vieira - Vice Presidente
Dionei Walter da Silva
Ronaldo Benedet
Narcizo Parisotto
Nilson Nelson Machado
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Clésio Salvaro - Presidente
Dado Cherem - Vice Presidente
Nilson Nelson Machado
Nelson Goetten
Ana Paula Lima
José Paulo Serafim
Genésio Goulart
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente
Antônio Carlos Vieira - Vice Presidente
Wilson Vieira
José Paulo Serafim
Manoel Mota
Odete de Jesus
Julio Garcia
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E
DESPORTO**

Paulo Eccel - Presidente
Lício Mauro da Silveira - Vice Presidente
Celestino Secco
Afrânio Boppré
Rogério Mendonça
Djalma Berger
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Dado Cherem - Presidente
Antônio Ceron - Vice Presidente
Ana Paula Lima
José Paulo Serafim
Celestino Secco
Manoel Mota
Valmir Comin
Quartas-feiras, às 13:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E
SERVIÇO PÚBLICO**

Genésio Goulart - Presidente
Celetino Secco Vice-Presidente
Lício Mauro da Silveira
José Paulo Serafim
Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Clésio Salvaro
Terças-feiras, às 10:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA**

Valmir Comin - Presidente
Afrânio Boppré - Vice Presidente
Antônio Carlos Vieira
Paulo Eccel
Herneus de Nadal
Dado Cherem
João Paulo Kleinubing
Quartas-feiras às 8:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO E DO
MERCOSUL**

Nelson Goetten - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Pedro Baldissera
Afrânio Boppré
Rogério Mendonça
Luiz Eduardo Cherem
Cesar Souza
Terças-Feiras, às 18:00 horas

DEPARTAMENTO PARLAMENTAR	DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA EXPEDIENTE	ÍNDICE
<p>Divisão de Anais: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição. Diretor: Éder de Quadra Salgado</p> <p>Divisão de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões. Diretora: Maria Salete de Bem Urban</p> <p>Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão. Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron</p>	 <p>Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XII - NÚMERO 1441 1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES EDIÇÃO DE HOJE: 12 PÁGINAS</p>	<p>Atos da Mesa Atos da Mesa2 Atos da Presidência6 Resolução7</p> <p>Publicações Diversas Atas das Comissões Permanentes8 Atas da Procuradoria.....12 Decreto Legislativo12</p>

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 940, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE:

Art. 1.º Constituir Comissão de Planejamento e Acompanhamento de Obras formada pelos servidores Henrique Ramos Filho - matrícula n.º 0550, José Carlos da Silveira - matrícula n.º 0424; Leogildo Agenor Lino - matrícula n.º 0428, Mirian A. de Athaide Furtado Krieger - matrícula n.º 1363 e Edenilso José Acorsi - matrícula n.º 2112, para, sob a presidência do primeiro, no prazo de 120 (cento e vinte) dias efetuar o planejamento e acompanhamento do projeto de obras visando à ampliação do espaço físico do Palácio Barriga-Verde.

Art. 2.º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 09 de maio de 2003.

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 941, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **VALMOR ZEFERINO**, matrícula nº 4057, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-10, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/03 (Deputado Wilson Vieira).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 942, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **MARIA CRISTINA DE SOUZA**, matrícula nº 3193, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-12, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/03 (Deputado Wilson Vieira).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 943, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **MARIA CRISTINA DE SOUZA**, matrícula nº 3193, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-09, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/03 (Deputado Wilson Vieira).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 944, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ROGÉRIO BARTH**, matrícula nº 3437, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-10, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/03 (Deputado Wilson Vieira).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 945, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **ROGÉRIO BARTH**, matrícula nº 3437, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-09, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/03 (Deputado Wilson Vieira).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 946, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **JERUSE ROMÃO**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-07, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/03 (Deputado Wilson Vieira).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 947, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **DILMA NASCIMENTO LUIZ DE AMORIM**, matrícula nº 3830, do cargo de Secretário de Comissão, código PL/DCA-3, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/03 (Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 948, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **MARÍLIA LOPES FÁVARO**, matrícula nº 3906, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-13, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/03 (Deputada Odete de Jesus).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 949, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **DILMA NASCIMENTO LUIZ DE AMORIM**, matrícula nº 3830, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-13, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/03 (Deputada Odete de Jesus).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 950, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c as Resoluções DP nº 040/92 e nº 115/93,

NOMEAR, **MARÍLIA LOPES FÁVARO**, matrícula nº 3906, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário de Comissão, código PL/DCA-3, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/03 (Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 951, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **MARIANGELA MELLA**, matrícula nº 3737, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-14, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/03 (Deputado Herneus de Nadal).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 952, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **MARIANGELA MELLA**, matrícula nº 3737, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-12, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/03 (Deputado Herneus de Nadal).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 953, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **RUBIA MARA DECOL**, matrícula nº 3839, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-13, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/03 (Deputado Herneus de Nadal).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 954, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **RUBIA MARA DECOL**, matrícula nº 3839, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-12, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/03 (Deputado Herneus de Nadal).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 955, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **AURÉLIO SANTOS PEREIRA**, matrícula nº 2943, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-03, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 13/05/03 (Deputado Lício Mauro da Silveira).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 956, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **BERNADETE BOEHME**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-03, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 13/05/03 (Deputado Lício Mauro da Silveira).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 957, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **LUIZ CESAR GUIMARÃES MARÇAL**, matrícula nº 4135, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-03, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/03 (Deputado Genésio Goulart).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 958, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **LUIZ CESAR GUIMARÃES MARÇAL**, matrícula nº 4135, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-11, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/03 (Deputado Genésio Goulart).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 959, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **WALDO LUIZ GELOSA FILHO**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-12, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/03 (Deputado Genésio Goulart).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 960, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **RUTH ANSELMO NUNES**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-12, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/03 (Deputado Genésio Goulart).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 961, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **ALÍRIO NUNES ANSELMO**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-11, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/03 (Deputado Genésio Goulart).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 962, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ANTÔNIO CARLOS SANDRINI**, matrícula nº 2113, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-14, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/03 (Deputado Julio Garcia).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Francisco de Assis - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 963, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **LIBERATO MANOEL VIEIRA NETO**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-11, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/03 (Deputado Julio Garcia).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Francisco de Assis - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 964, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **GENTIL DORY DA LUZ**, matrícula nº 2350, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-06, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/03 (Deputado Manoel Mota).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 965, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **CRISTIANE CARDOSO**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-09, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 15/05/03 (Deputado Paulo Eccel).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Francisco de Assis - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 966, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **CRISTIANE MOHR**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-07, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/03 (Deputado Paulo Eccel).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 967, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **BRUNA LUISA MACHIAVELLI**, matrícula nº 4073, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-06, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/03 (Deputado Eduardo Cherem).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Francisco de Assis - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 968, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **JOSÉ JORGE CHEREM**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-08, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/03 (Deputado Eduardo Cherem).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 969, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **CLAUDIA COLLE ROSSO**, matrícula nº 3735, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/03 (Deputado Herneus de Nadal).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 970, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **CLAUDIA COLLE ROSSO**, matrícula nº 3735, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-02, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/03 (Deputado Herneus de Nadal).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 971, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: DISPENSAR **MARILIDIA COSTA**, matrícula nº 2129, da função de Chefe da Seção da Junta Médica, código PL/CAI, do Grupo de Chefia e Assistência Intermediária, a partir de 01/05/02 (Divisão de Saúde e Assistência).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 972, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: com fulcro na Resolução nº 1394, de 06/10/92,

DESIGNAR **MARIA CELESTE FERREIRA MONTEIRO**, matrícula nº 1389, para exercer a função de Chefe da Seção da Secretaria da Junta Médica, código PL/CAI, do Grupo de Chefia e Assistência Intermediária, atribuindo-lhe o percentual de 40% (quarenta por cento) de gratificação, a partir de 01/05/03 (Divisão de Saúde e Assistência).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 973, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: DISPENSAR **MARCO ANTÔNIO B. DA ROCHA**, matrícula nº 1896, da função de Chefe da Seção Médico Assistencial, código PL/CAI, do Grupo de Chefia e Assistência Intermediária, a partir de 09/05/03 (Divisão de Saúde e Assistência).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 974, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: com fulcro na Resolução nº 1394, de 06/10/92,

DESIGNAR **FÁBIO FIGUEIREDO RIBEIRO**, matrícula nº 1150, para exercer a função de Chefe da Seção Médico Assistencial, código PL/CAI, do Grupo de Chefia e Assistência Intermediária, atribuindo-lhe o percentual de 40% (quarenta por cento) de gratificação, a partir de 09/05/03 (Divisão de Saúde e Assistência).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 975, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002, tendo em vista o que consta do requerimento nº 000962/03,

RESOLVE:

Retificar o nome da servidora ILKA MARIA LUXES, matrícula nº 4162, ocupante do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-11, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, para **ILKA MARIA LUX DA SILVA**.

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

ATO DA MESA Nº 976, de 15/05/03 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **RITA DE CÁSSIA SILVA DE ANDRADE**, matrícula nº 1850, ocupante do cargo de Engenheiro, código PL/ATS-10-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 90 (noventa) dias, a partir de 28/03/03.

ATO DA MESA Nº 977, de 15/05/03 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **VERA LEHMKUHL**, matrícula nº 1547, ocupante do cargo de Taquígrafo II, código PL/ATS-11-I, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 60 (sessenta) dias, a partir de 17/04/03.

ATO DA MESA Nº 978, de 15/05/03 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item II da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Licença Gestação) a **SANDRA MARA COELHO**, matrícula nº 1749, ocupante do cargo de Taquígrafo II, código PL/ATS-10-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 120 (cento e vinte) dias, a partir de 06/05/03.

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 979, de 15/05/2003

Transfere veículos em desuso para o Poder Executivo e dá outras providências

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002, e tendo em vista a conclusão da Comissão Permanente de Avaliação de Bens deste Poder (Atas da 19ª Sessão de Trabalho),

RESOLVE:

Art. 1º. **TRANSFERIR**, para o Poder Executivo - Secretaria de Estado da Administração, o veículo declarado inservível, abaixo relacionado:

VEÍCULO	PLACA	ANO DE FRABRICAÇÃO	NÚMERO DO PATRIMÔNIO	NUMERO DO CHASSI
FORD/Escort	LZS 6082	1997	15839	8AFZZZEFVJ075148

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 980, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **JOCELITO NICOLAU DE SOUZA**, matrícula nº 4126, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/03 (Deputado Paulo Eccel).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Francisco de Assis - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 981, de 15/05/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR JOCELITO NICOLAU DE SOUZA, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-04, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/03 (Deputado Paulo Eccel).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Francisco de Assis - Secretário

*** X X X ***

ATOS DA PRESIDÊNCIA**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 001 DA, de 15/05/2003**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base no art. 1º, parte final, e no art. 2º da Resolução 2 (DP) nº 002, de 13/05/03 e no § 5º do artigo 65 Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Incumbir ao Departamento Administrativo e às divisões que lhe são vinculadas a retificação dos registros e a lavra dos atos necessários ao pleno restabelecimento da situação anterior à vigência da Resolução DP nº 79, de 19 de dezembro de 2002, nos termos do comando legal insito no art. 1º, parte final, da Resolução (DP) nº 002, de 13 de maio de 2003.

Art. 2º Os procedimentos a que alude o artigo 1º deste Ato alcançarão, indistintamente, todos os servidores do Poder Legislativo, independentemente da condição de ativos ou inativos, efetivos ou comissionados, lançando-se, em cada caso, o mesmo compêndio de gratificações ou vantagens revigoradas, tanto em termos quantitativos, quanto de incidências decorrentes.

Art. 3º a diferença financeira resultante do cotejo da situação restabelecida e daquela efetivamente praticada com base na Resolução nº 79/02, se existente, será apontada em relatório a ser produzido no prazo de vinte dias e informada à Presidência para os fins previstos no art. 3º da Resolução (DP) nº 002/2003, de 13 de maio de 2003.

Art. 4º A Administração, quando de estudos sobre reforma administrativa, atribuirá relevância ao conteúdo da revogada Resolução DP nº 79/02, objetivando a proposição de regramento que recupere me universalize os benefícios em sintonia com a legislação vigente.

Art. 5º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Volnei Morastoni

Presidente

*** X X X ***

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 002-DA, de 15/05/2003

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no § 5º do artigo 65 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar ao Departamento Administrativo a cessação do pagamento da vantagem denominada "Equivalência II", bem como proceder levantamento, no prazo de 30 (trinta) dias, do "quantum" pago a cada servidor, ativo e inativo, visando a recuperação em favor do erário.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Volnei Morastoni

Presidente

*** X X X ***

ATO PRESIDÊNCIA Nº 003 DA/2003, DE 15/05/2003

Institui serviços de ouvidoria e determina procedimentos correlatos.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no § 5º do art. 65 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam instituídos serviços de ouvidoria, compreendendo a recepção de correspondência postal ou eletrônica e as mensagens deduzidas pessoalmente ou pela via telefônica através do sistema 0800, quando não versem sobre matéria institucional ou administrativa e tenham como objeto indagações, sugestões, reclamações ou denúncias relacionadas aos serviços da Assembléia Legislativa ou afetos à sua ação institucional.

§ 1º O direito à informação será sempre assegurado, salvo nas hipóteses de sigilo previstas na Constituição Federal.

§ 2º Os serviços de ouvidoria manterão, necessariamente, sigilo sobre suas fontes, assegurando a reserva quanto à identidade de denunciante ou testemunhas, bem como sobre o conteúdo dos informes que receber quando tal providência se mostrar necessária.

Art. 2º Os serviços de ouvidoria serão recepcionados de forma:

I - escrita, em correspondência postal, endereçada à Secção de Ouvidoria;

II - escrita, por e-mail, no endereço ouvidoria@alesc.sc.gov.br;

III - verbal, por telefone do sistema 0800;

IV - verbal, ditada pessoalmente, e deduzida a termo por digitador designado.

§ 1º As diversas espécies de mensagens recepcionadas pelo serviço de ouvidoria serão protocolizadas em séries numeradas.

§ 2º As conexões telefônicas do sistema 0800 serão gratuitas, automatizadas, e gravadas, não sendo permitido o uso de identificação de origem das ligações.

§ 3º Manter-se-á "back-up" em disco ótico das gravações sonoras recebidas pela via telefônica a que alude o parágrafo anterior, mesmo após sua conversão em texto por digitador designado.

Art. 4º Enquanto não disponível estrutura própria, os serviços de ouvidoria serão desenvolvidos sob a égide da Chefia de Gabinete da Presidência, cuja ação dar-se-á sem prejuízo das atribuições específicas do seu ambiente administrativo.

Art. 5º Os serviços de auditoria incluem receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as sugestões, reclamações ou representações de pessoas físicas ou jurídicas sobre:

I - ações voltadas à sanar as violações, ilegalidades e abusos e outras voltadas à regularidade dos trabalhos legislativos e administrativos, bem como ao aperfeiçoamento da organização da Assembléia Legislativa;

II - carências ou lapsos de funcionamento dos serviços administrativos da Casa;

III - assuntos de qualquer natureza recebidos pelo sistema telefônico automático de atendimento à população.

Art. 6º Incumbe aos serviços de ouvidoria:

I - responder aos cidadãos e às entidades quanto às providências tomadas pela Administração no concernente aos reclamos tramitados pelo serviço;

II - acompanhar as providências adotadas pelos setores competentes, diligenciando em busca do direito de resolutividade e manter o requerente informado do processo;

III - propor:

a) medidas de aprimoramento das atividades administrativas da própria Assembléia;

b) o envio, ao Tribunal de Contas do Estado, às autoridades policiais, aos Ministérios Públicos, à Procuradoria Geral do Estado, ou a outro órgão competente, as denúncias recebidas que necessitem maiores esclarecimentos;

c) à Mesa ou aos órgãos da Administração a abertura de sindicância ou de inquérito destinados a apurar irregularidades.

Art. 7º A Administração da Assembléia Legislativa assegurará aos serviços de ouvidoria apoio físico, técnico e administrativo necessários ao desempenho das suas atividades.

Art. 8º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

*** X X X ***

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO N. 003/2003

Faço saber que a Assembléia Legislativa, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 63, inciso XV, e art. 65, inciso VI, letra "k", do Regimento Interno, aprovou e eu, Deputado Volnei Morastoni, Presidente, promulgo a seguinte Resolução:

Regulamenta a fruição de férias sustadas e averbadas no patrimônio funcional do servidor e dá outras providências.

Art. 1º Os servidores do quadro de pessoal da Assembléia Legislativa que, em seus acervos funcionais, tiverem averbado férias sustadas para gozo em data oportuna, referentes aos exercícios anteriores a 2003, deverão usufruí-las em conformidade com o cronograma a ser elaborado por ato da Mesa.

§ 1º A fruição de férias de que trata o *caput* deste artigo deverá ser efetivada, obrigatoriamente, pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos por exercício sustado e, preferencialmente, nos mesmos meses destinados à escala regular de férias implementada pela Mesa deste Poder.

§ 2º O servidor poderá, com a anuência de sua chefia imediata e observado o disposto no parágrafo anterior, escolher os meses de sua preferência para o gozo das férias sustadas e averbadas, opção que deverá ser formulada ao Departamento Administrativo paralelamente e no mesmo prazo determinado para marcação das férias regulares para a organização da escala de férias elaborada anualmente pelo Poder Legislativo, ou, excepcionalmente, a qualquer tempo, desde que não haja prejuízo à Administração Pública.

§ 3º O silêncio por parte do servidor, no tocante ao insito no parágrafo anterior, implicará à Mesa o poder-dever de elaborar ato determinando o período de gozo das férias anteriormente sustadas, impondo ao servidor a fruição compulsória de pelo menos 01 (um) período por ano exercício, além das férias regulares programadas.

Art. 2º Caberá à Mesa, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Resolução e, no que diz respeito às férias sustadas no exercício de 2003, organizar escala contendo a nominata dos servidores e os respectivos meses em que deverão usufruir o benefício Estatutário, sendo vedada a sua acumulação com as férias do exercício de 2004, em consonância com o disposto no art. 61 da Lei n. 6.745, de 28 de dezembro de 1985.

Art. 3º A sustação de férias somente poderá ser concedida por Ato da Mesa, devendo ser usufruída, obrigatoriamente, no mesmo exercício em que foi deferido o pedido.

Parágrafo único. O pedido de sustação de férias deverá ser elaborado pelas respectivas Chefias dos servidores, protocolado e endereçado à Mesa, e a sua admissibilidade estará condicionada a fundamentação, motivação da imperiosa necessidade de serviço que impõe o ato e a informação do mês em que o servidor poderá usufruir o direito sobrestado, observado o disposto na parte final do art. 2º desta Resolução.

Art. 4º As férias não-gozadas e averbadas para efeito de aposentadoria poderão ser desaverbadas, exclusivamente para efeito de fruição imediata, respeitados os critérios estabelecidos na presente Resolução.

Art. 5º As indenizações provenientes de pagamento de férias não usufruídas pelos ocupantes de cargos, em comissão, de Secretário Parlamentar, Código PL/GAP, em virtude da exoneração do servidor, serão deduzidas do valor global da remuneração atribuída ao Grupo de Apoio Parlamentar do respectivo Gabinete, disciplinada no art. 7º da Resolução DP n. 015, de 10 de maio de 1999, com redação alterada pela Resolução DP n. 039, de 25 de abril de 2001.

§ 1º A dedução a que se refere o *caput* deste artigo será procedida no mês subsequente àquele em que ocorrer a exoneração do servidor investido no cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar.

§ 2º A Administração, ao se aproximar do término do mandato de cada parlamentar, editará escala de férias de todos os servidores de Gabinetes Parlamentares pelo período que baste para esgotar eventuais créditos de férias de cada servidor, determinando a fruição de forma automática.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 15 de maio de 2003

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Romildo Titon - 1º Secretário

Deputado Sérgio Godinho - 3º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, REFERENTE A 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA.

Às onze horas do dia sete de maio do ano de dois mil e três, sob a Presidência do Senhor Deputado João Rodrigues, reuniu-se ordinariamente a Comissão acima epigrafada, excepcionalmente na Sala de Reunião "Paulo Stuart. Wright" (Plenarinho) da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Registraram presença os Senhores Deputados Wilson Vieira, Vice-Presidente da Comissão, Deputado Dionei Walter da Silva e Lício Mauro da Silveira. Abertos os trabalhos o Presidente da Comissão, Deputado João Rodrigues informou aos Deputados membros da Comissão que o objetivo da Reunião era o "Roteiro das Audiências Públicas" que seriam realizadas nos municípios de São Miguel do Oeste e Chapecó, nos dias oito e nove, às dezenove e nove horas, respectivamente. A seguir a palavra foi concedida ao Deputado Wilson Vieira, Vice-Presidente da Comissão, que solicitou através do ofício número oitenta e oito, um acompanhamento técnico e científico nessas Audiências. O Presidente da Comissão informou que devido a contenção de despesas com gastos do pessoal da Casa que irá trabalhar nessas Audiências não seria possível tal acompanhamento num primeiro momento. Ato contínuo os Deputados Lício Mauro da Silveira e Dionei Walter da Silva questionaram a respeito das autoridades que foram convidadas para essas duas Audiências Públicas. O Presidente da Comissão respondeu que todos os segmentos envolvidos com segurança pública nesses municípios e nas regiões circunvizinhas foram convidados, totalizando dois mil convites. Quanto a participação nas Audiências todos os membros da Comissão foram unânimes em deixar claro que o uso da palavra seria em noventa por cento para o público presente e não para autoridades, mesmo porque, segundo palavras do Presidente da Comissão, se fosse apenas para as autoridades se pronunciarem e as pessoas presentes fazer apenas indagações, não haveria necessidade de fazer audiência pública externa. A seguir o Presidente da Comissão ressaltou a importância da coletiva com a Imprensa na divulgação do evento. Outro ponto importante da reunião foi relativo a Entrega do "Documento ou Diagnóstico" das Audiências que será entregue nas dependências da Assembléia Legislativa em trinta de setembro ao Secretário de Segurança Pública, Dr. João Henrique Blasi.

Foi cogitada pelos membros da Comissão, a possibilidade da vinda de algumas autoridades dos municípios onde foram realizadas as Audiências Públicas como forma de agradecimento e também de prestigia-los. O Presidente solicitou aos membros da Comissão para que usassem de sua influência local quando da realização da Audiência nos municípios próximos ou região vizinha visando maior divulgação. Ato contínuo o Vice-Presidente da Comissão, Deputado Wilson Vieira ressaltou a importância da abertura de discussão sobre o "Policimento Preventivo", pois é de suma importância para a comunidade, visto que uma vez bem aplicado diminui consideravelmente o índice de criminalidade. A seguir foi concedida a palavra ao Deputado Dionei, que citou a criação de um Projeto de Lei que cria mais cargos de Comando na Polícia Militar, criticando-o, por entender que tal projeto deveria ser para os soldados ou pelo menos extensivo a eles. Finalizando, o Presidente da Comissão, Deputado João Rodrigues, agradeceu a presença dos senhores Deputados fazendo votos que da Audiência Pública de São Miguel do Oeste e Chapecó sejam colhidos bons resultados. Não havendo mais assuntos a serem tratados, encerrou o Senhor Presidente a presente reunião, na qual, eu, Paulo Roberto Silveira, Secretário Executivo da Comissão, lavrei e digitei a presente Ata, que, após ser lida e aprovada será assinada pelo Presidente da Comissão.

Sala das Reuniões, em 07 de maio de 2003

Dep. João Rodrigues

Presidente da Comissão

* * * X X X * * *

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA.

Às treze horas do dia trinta de abril do ano de dois mil e três, reuniu-se a comissão acima epigrafada, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Deputado Dado Chereim, presentes os Senhores Deputados Ana Paula de Lima, Celestino Secco e Valmir Comin. A Senhora Deputada Simone Schramm, apresentou justificativa de sua ausência por estar em viagem de estudos. (O senhor Presidente) - "Coloco em discussão a Ata da reunião anterior". Não havendo discussão coloco em votação, é aprovada por unanimidade. (O Senhor Presidente) - "Em nossa pauta temos a apresentação de dois requerimentos, e fiz sugestão destas datas para que se faça aquelas audiências públicas, não necessariamente nesta ordem, mas sim uma sugestão, e pela questão de prazo, as demais podem ser modificadas, mas a primeira, gostaria que se tomasse uma definição hoje, e as demais na próxima sessão poderá ser feita sugestões de mudança ou não, por parte de vossas excelências. (O Senhor Deputado Valmir Comin) - "Senhor presidente, estamos propondo perante esta Comissão, uma audiência pública para tratar do plano de desenvolvimento sustentável, um plano piloto, da implantação do complexo turístico as margens da barragem do Rio São Bento. Eu pergunto o seguinte: esta audiência seria específica para este assunto, ou podemos conciliar?" (o senhor Presidente) - "Podemos conciliar, porque um assunto tem a ver com o outro. (O Senhor Deputado Valmir Comin) - "É um assunto extremamente pertinente e interessante. A barragem esta pronta, e temos que promover ações desta natureza. (O senhor deputado Celestino Secco) - Proponho que esta audiência tenha dois tempos, porque a idéia desta audiência pública é sobre a sazonalidade, e vai compreender pelo que entendi aqui, a região sul. Ou seja, não vai contemplar apenas Criciúma e a sua micro região, mas vai contemplar pelo que vejo aqui do roteiro, Paulo Lopes, Garopaba e Passo de Torres, vai ficar complicado. Eu não vejo como fazer isso, a não ser que tenha realmente dois tempos. Que a gente comece, vamos dizer assim, às 16:00 horas tratando da questão de um polo turístico envolvendo todo o contorno da barragem do Rio São Bento, e às 17:00 ou 17:30 horas, então sim a questão aqui proposta da sazonalidade, suas causas. (O senhor Presidente) - "Conversei com o presidente do sindicato dos hotéis de Criciúma, e ele se colocou a disposição de arrumar um local para a realização deste evento. Deputado Comin, concorda com isso?" (O Senhor Deputado Comin) - "Vejo que vai haver um prejuízo se fizermos assim" (O Senhor Presidente) - "Faremos em dois tempos, sem prejuízo nenhum." (O Senhor Deputado Celestino Secco) - "Para que não se perca a oportunidade, convoca uma audiência pública específica e talvez esta da barragem do Rio São Bento, fazer no Balneário Guelerer." (O Senhor Deputado Valmir Comin) - "Seria muito oportuno, inclusive este balneário tem hospedagem, tem cabanas com todo o conforto e qualidade para atender a Comissão". Proponho até que as duas audiências sejam feitas neste local, é um atrativo turístico muito grande. (O Senhor Deputado Celestino Secco) - "Li nos jornais de hoje, senhor Presidente, que a Presidência da República, o governo federal, esta destinando um bilhão e oitocentos milhões, para investimento direto no turismo, com a possibilidade da criação de um milhão e duzentos mil empregos com este investimento. O trabalho da gente é exercer crítica, mas é também cumprimentar. E talvez a Comissão de Turismo, através do plenário ou da própria Comissão, externar os cumprimentos por esta iniciativa. Já que o Brasil tem uma potencialidade turística eu diria quase que inigualável, do ponto de vista do mundo, eu não conheço o mundo, mas conheço alguns lugares e sei o potencial que o Brasil tem. E acho que a manifestação de todos nós é no sentido de estimular para que, quem sabe, além deste um bilhão e oitocentos deste ano, no ano que vem possamos ter muito mais do que isso. Pela possibilidade, primeiro de nos tornarmos efetivamente uma referência de turismo mundial. E segundo, pela oportunidade que o turismo faz de qualificar as pessoas, gera empregos e ampliação de rendas. Gostaria que a Comissão externasse os efetivos cumprimentos, o entusiasmo e o estímulo para que medidas desta natureza sejam ampliadas, reforçadas e continuadas. Era esta a minha proposta". (O Senhor Presidente) - "Muito bem lembrada a sua colocação no aspecto de um recurso realmente muito importante, principalmente para aqueles municípios que vivem e convivem diariamente com a situação do turismo, e que seja encaminhado moção ao Presidente da República e ao Ministro do Turismo. Está aprovado o requerimento do Deputado Celestino". O senhor Presidente passa a ler ofício do Secretário de Turismo no qual pede a transferência da reunião com a Comissão que seria no dia sete de maio, para o dia quatorze de maio. (O Senhor Presidente) - "Tenho aqui requerimento do Deputado Mauro Mariani, que diz o seguinte: O

Deputado que este subscreve, nos termos do que preceitua o Regimento Interno desta Casa, requer que seja aprovado pedido para convidar a participar de uma reunião desta Comissão, o senhor Vilmar Tadeu Bonetti, Diretor do SAMAE de Urussanga e o engenheiro Artur Oliani, Diretor Técnico do SAMAE de Blumenau, Presidente e Vice Presidente da SEMAE, para explanar sobre o funcionamento dos serviços prestados pelo SAMAE no Estado de Santa Catarina. **(Senhora Deputada Ana Paula Lima)** - 'Acho muito interessante, já que girou muita polêmica a discussão da CASAN, até porque vários municípios querem implantar outro sistema, que seria as SAMAES. Acho que vale sim, marcar uma reunião com o Presidente e Vice Presidente da SAMAE, que são experientes, que certamente deram certos nestas cidades, e que possam contribuir para o debate que estamos travando.' **(O Senhor Deputado Valmir Comin)** - 'Acho oportuno, mesmo porque os SAMAES vem desenvolvendo um grande trabalho, na área de distribuição de água e até mesmo saneamento, e este exemplo tem que ser propagado'. **(O Senhor Deputado Celestino Secco)** - 'Acho interessante. Só levanto uma questão, estamos tendo uma enorme dificuldade para encontrar espaço e horário para a nossa Comissão. Portando sugiro que esta exposição tenha um tempo e um local adequado'. **(Senhora Deputada Ana Paula Lima)** - 'Senhor Presidente, eu sugiro que seja uma audiência pública. Porque há vários municípios interessados neste tema. Sugiro que seja uma audiência pública, para discutir as questões do SAMAE, experiências que deram certo. É um assunto muito importante que vale a pena outras pessoas participarem, outros deputados participarem, e os municípios interessados também participarem'. **(O Senhor Presidente)** - 'Irei então falar com o Deputado Mauro Mariani, que o requerimento é dele e ele não fala em audiência pública. Não há sentido fazer uma reunião ordinária aqui nesta Comissão e depois uma audiência pública, quem sabe ele troca o requerimento e propõe que seja feita uma audiência pública em outra data e não uma reunião em horário regimental'. Tenho dois requerimentos de minha autoria, um é referente a minha fala em plenário no horário dos partidos políticos, aonde lendo a Constituição do Estado, observamos que não existe um capítulo a respeito do turismo em nossa Constituição. Então, gostaria de trocar uma idéia com vocês, para saber de que maneira podemos fazer um Projeto de Emenda Constitucional, criando este capítulo em nossa Constituição. **(O Senhor Deputado Celestino Secco)** - 'Senhor Presidente, concordo que haja uma referência em nossa Constituição, até porque queremos ser um Estado que desenvolva esta vocação turística. Só não gostaria que nos referíssemos com particularidades que leis ordinárias podem descrever. Portanto que fosse apenas uma orientação constitucional para esta vocação. Ou seja, que tivesse titularidade de alguma coisa genérica não que particularizasse situações do turismo, porque sabemos que o turismo é tão dinâmico quanto dinâmica é a sociedade. Se tivermos alguma coisa restritiva na Constituição, teremos as dificuldades normais das emendas constitucionais. Que fosse orientado à Assessoria Parlamentar, que o título que tratasse do turismo, tivesse aspectos de direcionar investimentos, de direcionar políticas públicas, de direcionar estímulos, mas num aspecto genérico'. **(O Senhor Presidente)** - 'fiz também um requerimento ao empresário Beto Carrero, para que se dispusesse a falar do turismo na visão empresarial, perante esta Comissão'. **(a Senhora Deputada Ana Paula)** - 'Não poderia ser na audiência pública de Blumenau?' **(O Senhor Presidente)** - 'Poderia ser um dos palestrantes, o problema será quanto ao tempo, geralmente é dez minutos, excepcionalmente vinte minutos'. **(A Senhora Deputada Ana Paula)** - 'E na Comissão teria quanto tempo?' **(O Senhor Presidente)** - 'Meia hora, quarenta minutos ou uma hora da Comissão, depende. **(O Senhor Deputado Celestino Secco)** - 'Senhor Presidente, quem da quinze minutos, dá trinta'. **(O Senhor Presidente)** - 'Só que na audiência temos cinco a seis pessoas para falar'. **(O Senhor Deputado Celestino Secco)** - 'Acho que quem dá quinze minutos, dá trinta, vossa excelência tem sido tão generoso quando há audiências públicas, da três minutos e as pessoas falam seis, sete'. **(A Senhora Deputada Ana Paula)** - 'E se o assunto for bom, o público gosta. Senhor Presidente, minha preocupação é que temos muita coisa, até para o quorum destas reuniões esta difícil'. **(O Senhor Deputado Celestino Secco)** - 'Ele é um expoente tão grande, para vir aqui e falar para quatro, cinco pessoas'. **(O Senhor Presidente)** - 'Senhores Deputados, acho que esta Comissão tem que estar subsidiada de informações a respeito, até para conhecer um pouco mais a realidade do nosso turismo. Nada melhor que uma pessoa como ele, que vive e vivência vinte e quatro horas por dia, trezentos e sessenta e cinco dias a questão do turismo, para que tenhamos informações importantes para a Comissão'. **(A Senhora Deputada Ana Paula)** - 'A função destas audiências públicas é para ouvir, e o empresário Beto Carrero, tem muito a contribuir. **(O Senhor Presidente)** - 'Minha posição desde o início era começar com o Beto, depois convocariamos este empresário aqui de Florianópolis, que tem o Costão do Santinho, e depois quem sabe o Moacir Bogo de Joinville, a intenção era sempre trazer alguém, uma vez por mês para falar sobre o turismo aqui nesta Comissão'. **(O**

Senhor Deputado Celestino Secco) - 'Me surge uma idéia. Porque que a Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, não estimula o Conselho Estadual do Turismo, para realizar, por exemplo no mês de julho, um seminário. Em que estes expoentes pudessem nos ajudar, nós não podemos realizar o seminário, mas o Conselho Estadual de Turismo, por consequência com o patrocínio e a potencialidade do Poder Executivo, realizarem um seminário em que nos dariam a condição, de primeiro, se houver necessidade de legislação, que nos estivéssemos acionados para estabelecermos os mecanismos de natureza legal, necessários para tal. Segundo, que nós tivéssemos a condição de estarmos muito bem informados a respeito dos trabalhos a serem desenvolvidos. Acho que seria um grande tento que o Conselho Estadual de Turismo e a Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembléia, lavrariam se assim realizassem. Tenho certeza que nós teríamos um grande seminário com a participação destes expoentes que Vossa Excelência se reportou a pouco. É uma maneira de nos integrarmos, para que não haja esforços isolados em cima de uma mesma direção'. **(O Senhor Deputado Valmir Comin)** - 'Senhor Presidente, se o senhor me permite, e isso por uma visão de caráter macro, porque isso atenderia a todos'. **(O Senhor Presidente)** - 'Existe o Conselho da SANTUR?'. **(O Senhor Deputado Celestino Secco)** - 'Não, existe por lei, criada pela assembléia Legislativa o Conselho Estadual de Turismo, que é dirigido pelo Governador do Estado, vinculado diretamente ao gabinete do governador'. **(O Senhor Presidente)** - 'Então sua idéia é fazer um debate'. **(O Senhor Deputado Celestino Secco)** - 'Não, Senhor Presidente, que esta Comissão provoque o Conselho Estadual de Turismo e se incorpore a ele para a realização de um seminário específico, por exemplo em nosso recesso. Que aconteça durante dois dias. Que não seja algo atropelado, porque volto a dizer, tenho certeza que o empresário Beto Carrero, tem inúmeras informações para nos dar. Tenho certeza que o empresário Fernando Marcondes de Mattos, tem inúmeras sugestões e palpites para nos dar. Do ponto de vista de legislação, do ponto de vista de estimulação etc. Por exemplo, sei que ele tem um projeto que é do maior interesse, que é o Projeto de Gerenciamento Costeiro, que é um projeto que esta Casa vai ter que trabalhar e vai ter que votar. O Empresário Armando Bogo, tem diversas sugestões, e portanto tem muitos outros. Há expoentes em Santa Catarina, que podem realizar excepcionais palestras indutoras de adoção de políticas públicas em Santa Catarina, voltadas ao turismo. Nesta parceria do Poder Executivo, do Poder Legislativo da iniciativa privada. Das Secretarias Municipais de Turismo, porque tem algumas delas, por exemplo a de Blumenau e Balneário Camboriú, que fazem um excepcional trabalho de valorização do turismo municipal. Por que pensar pequeno, vir um empresário desta envergadura, um Secretário Municipal de Turismo que tem uma grande experiência, para vir falar para cindo Deputados. Não é que o número seja importante, mas se pudermos ampliar isso, penso que é uma oportunidade que estamos dando a nós mesmos e a Santa Catarina de engrandecermos isto, que eu considero uma grande vocação de Santa Catarina, que é o turismo, pela excepcionalidade que nos somos, do ponto de vista geográfico, do ponto de vista de etnia, do clima, da variedade cultural e artística, da variedade alimentar. Por isso esta Comissão pode e deve pensar grande'. **(A Senhora Deputada Ana Paula)** - 'Se me permite Presidente, um empresário desta natureza, vem para cá falar para quatro deputados, podemos dar uma visão maior. Porque o tema do momento é o turismo. Vai alavancar inúmeros empenhos, oportunizar, o governo federal vai investir bastante, através do PRODETUR. Tem uma secretaria de Turismo e Lazer, podemos mexer com esta gente toda. Acho que a nossa Comissão pode ser a alavanca para que haja esta discussão, englobando um monte de pessoas, tanto na iniciativa privada quanto da iniciativa pública. Porque vem um empresário falar para nós, não podemos executar nada. Vai dar todas as sugestões, que a gente já conhece, que são bem sucedidos'. **(O Senhor Deputado Valmir Comin)** - 'Senhor Presidente, só quero aqui fazer uma defesa. Quando se fala em Comissão, não é somente o Deputado. Temos condições de transmitir isso através da TV AL, ao vivo. A integração de rádios que temos aqui. Acho que é somente uma questão de programação com a gerência de produção da TV AL. É uma oportunidade que se tem, e precisamos saber aproveitar isso. Agora é evidente que esta proposta do Deputado Celestino, ela vem coroar sem dúvida, vem enaltecer e vem dar uma visão macro a sociedade. Do potencial que nos temos, do potencial turístico a ser explorado. Vejo isto muito oportuno, mas dentro de uma integração envolvendo também a Secretaria de Turismo'. **(O Senhor Deputado Valmir Comin)** - 'Senhor Presidente, venho levantando um assunto que também cabe a esta Comissão. Com relação a uma notificação administrativa por parte da Secretaria do Patrimônio da União, que determina seja feita a demolição das plataformas e trapiches no Estado de Santa Catarina. Nos temos no sul do estado três plataformas. O que questiono é que temos plataformas com vinte anos, por exemplo, e em momento algum houve a intervenção por parte de qualquer segmento da união, impedindo a construção ou notificando, e a verdade é que isto hoje congrega uma série de entretenimentos, que proporcionam momentos

de lazer ao nosso turista, e por uma decisão arbitrária por parte da Secretaria do Patrimônio da União, vem proporcionando esta medida, inclusive com a cobrança de uma multa de mais de trezentos mil reais. Esse é um assunto polêmico, pertinente, e esta havendo a manifestação dos vinte e cinco municípios da região, através das suas respectivas associações. Gostaria de pedir o engajamento por parte desta Comissão, e que se fizesse uma moção a nossa bancada Federal Catarinense, ao nosso Senado, ao Ministério da Pesca, a Secretaria da Pesca e a secretaria de Patrimônio da União, para que intercedam imediatamente, para que haja uma manifestação por parte destes órgãos, fazendo com isso a suspensão definitiva desta ação administrativa, ela não é judicial, então esta ainda de cunho administrativo e o cunho político pode resolver isso'. **(O Senhor Presidente)** - 'Por parte desta presidência, é deferido o seu pedido. É de extrema importância para nós que vivemos no litoral, lutamos tanto pelo esporte náutico, na questão do turismo, não podemos ser jamais tolhidos de um direito de ter trapiche na nossa costa, em nosso litoral. São coisas absurdas que parecem serem feitas por técnicos de escritório que não conhecem a realidade da nossa costa. Quem pleiteia, como nós o esporte náutico, a questão das marinas em nosso litoral, não pode aceitar uma medida destas'. **(O Senhor Deputado Valmir Comin)** - 'Voltando à questão do seminário, recebi a confirmação de minha assessoria, que a Comissão tem competência para requisitar isso à Presidência da Casa e previsão orçamentária para arcar com estes custos. As despesas decorrentes, a mesa diretora tem condições legais para arcar com estes custos'. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente Reunião, a qual eu, _____, Newton Zomkowski, Assessor Técnico, lavei e digitei a presente Ata, que após lida e achada correta, será assinada pelo Senhor Presidente.

Sala das Comissões, em 30 de abril de 2003

Deputado **DADO CHEREM**

Presidente

*** X X X ***

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA.

Às treze horas do dia sete de maio do ano de dois mil e três, reuniu-se a comissão acima epigrafada, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Deputado **Antônio Ceron**, presentes os Senhores Deputados **Ana Paula de Lima**, **Celestino Secco**, **Valmir Comin** e **José Paulo Serafim**. **(O senhor Presidente)** - 'Havendo quorum regulamentar, damos por aberta a presente sessão ordinária da Comissão de Turismo e Meio Ambiente. Justificando ao abrir a sessão que recebemos solicitação do Deputado Dado Cherem, Presidente desta Comissão, que considerando compromisso que ele tem neste momento, ele deverá chegar em tempo ainda, durante a sessão, mas pediu que nós na condição de Vice Presidente, déssemos por aberta essa sessão. Fazemos aqui a leitura do ofício 480 desta data, encaminhado ao presidente Deputado Dado Cherem, na qual a Deputada Simone Schramm, justifica sua ausência por estar em reunião com o Senhor Governador. Temos aqui também para conhecimento dos Senhores Deputados membros desta Comissão a prestação de contas de despesas de funcionamento desta Comissão, relativa a telefone no valor de seis reais e vinte e quatro centavos e comunicando também que existe um saldo em caixa de dois mil novecentos e setenta e dois reais. Passo a fazer leitura de um ofício do eminente Deputado Romildo Titon, que é o Primeiro Secretário desta Casa, encaminhado ofício trezentos e cinquenta e dois de dois mil e três, encaminhado ao Ilustríssimo Senhor Antônio Carlos Frade Carneiro, Comandante da Capitania dos Portos de Santa Catarina, no seguinte teor: Senhor Comandante, a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, por proposição do Senhor Deputado Luiz Eduardo Cherem, convida vossa senhoria para comparecer na Comissão de Turismo e Meio Ambiente deste Poder, em data e hora a serem agendadas posteriormente, a fim de prestar esclarecimentos sobre a situação de segurança e fiscalização dos barcos de turismo, estaleiros e terminais turísticos localizados no litoral de Santa Catarina'. Dando continuidade aos trabalhos **(O Senhor Presidente)** - 'Coloco em discussão a ATA da última sessão, que já está em poder dos Senhores Deputados, gostaríamos de saber se todos leram e estão em condições de aprovar, se não houver nenhuma manifestação em contrário, damos por aprovada a Ata da última sessão'. **(O Senhor Deputado Celestino Secco)** - 'Senhor Presidente, vossa excelência não esteve presente na última sessão justificadamente, mas me parece que não consta da ATA a deliberação que tomamos, ou seja, há todo um tratamento das informações aqui colocadas, mas não consta da ATA a deliberação de que seriam adotadas providências no sentido de acionar o Conselho Estadual do Turismo, acionar o Governo do Estado para que; isso não está na ATA; e ao mesmo tempo, para que se iniciasse os entendimentos com vistas a realização do evento, que me parece houve deliberação da Comissão neste sentido, para que fosse produzido o seminário estadual. E acho oportuno que conste isso da ATA, como conclusão daquela reunião.

Porque hoje os jornais trazem o relatório do desempenho do turismo de Santa Catarina, na temporada, apontando que no ponto de vista numérico de turistas, nós tivemos um crescimento e do ponto de vista nós tivemos um decréscimo e eu não percebi neste relatório, ou nesta reunião análise, a presença do órgão que eu considero o mais importante, vossa excelência integrou o Conselho Estadual do Turismo, na gestão anterior. Não fez parte disto e portanto, nós vamos novamente enfrentar a próxima temporada, partindo do achismo. Bom, nós estamos achando que teremos queda do fluxo turístico, e do fluxo financeiro na próxima temporada e por isso temos que procurar o turista da região. Eu não gostaria que nós entrássemos de novo na temporada do próximo ano, enquanto Comissão de Turismo, levando as coisas neste achismo. Portanto a proposta que colocamos aqui foi de realização deste seminário com especialistas, com empresários ligados ao setor, para que, não apenas realizemos as tais audiências públicas, a primeira será no dia 24, já esta entregue o convite, em Balneário Camboriú, para que se discuta o problema da sazonalidade turística, suas causas, suas consequências, seus efeitos quais as soluções que possam ser encontradas para que evitemos em Santa Catarina este sentido do turismo sazonal. E portanto, não consta da ATA isto, e a comissão ficou de me mandar a composição do Conselho Estadual do Turismo e eu não recebi. Eu preciso verificar'. **(A Senhora Deputada Ana Paula Lima)** - 'O que o Deputado Celestino Secco falou, consta em ATA a preocupação de chamar o Conselho Estadual de Turismo. Eu fui informada depois no outro dia, que o Conselho Estadual do Turismo, não esta funcionando. E que nós chamaríamos para uma reunião o Secretário do Turismo e Lazer, que ficou marcada para o 14, para ele vir juntamente com o Conselho, mas o Conselho não esta constituído, então não tem como chamar'. **(O Senhor deputado Celestino Secco)** - 'É para forçar a constituição dele. O Conselho estava constituído, evidentemente que ele perdeu aquela constituição no dia 31 de dezembro. Mas nós já estamos no mês cinco, acho que é tempo suficiente para ser reconstituído o Conselho, porque isto é um descumprimento de uma lei aprovada pela Assembléia. O Conselho Estadual do Turismo não é um diletantismo do governante de plantão. É uma determinação legal'. **(A Senhora Deputada Ana Paula Lima)** - 'O que nós poderíamos fazer, Senhor Presidente, já foi agendado com o Secretário no dia 14 e nesta reunião possamos questionar ao Secretário porque não esta constituído ainda o Conselho Estadual do Turismo'. **(O Senhor Presidente)** - 'Aproveitando a colocação do Deputado Celestino, gostaria de ver da possibilidade, ver se é possível de se incluir na ATA da última sessão, estas colocações que aqui foram colocadas com muita propriedade, que foram assuntos discutidos na sessão ordinária e que não constam da ATA. Então a gente aprovaria esta ATA'. **(O Senhor Deputado Celestino Secco)** - 'Senhor Presidente, consta não como conclusão, apenas como informação, mas houve conclusão'. **(O Senhor Presidente)** - 'É, que haja uma correção, e a assessoria nos informa que foram encaminhados os expedientes solicitando todas estas questões levantadas, como a constituição do Conselho, foi encaminhado expediente, somente deixou de ser registrado na ATA, solicito que isso fosse registrado'. **(O Senhor Deputado Celestino Secco)** - 'Houve até uma informação Presidente, de que a Assembléia poderia dispor de recursos e portanto o seminário poderia ser realizado por esta Comissão. Que a Assembléia poderia e teria condição de patrocinar um evento desta natureza, para esta discussão. Não estou fazendo nenhuma crítica de desestimulação, pelo contrário, quero é contribuir e por isso a ATA esta em discussão. Para que aqueles assuntos tratados tenham esta consequência, porque é um documento que fica registrado, e a impressão que dá é que a Comissão apenas levantou as questões, mas não deliberou. Houve efetivamente deliberação de se adotarem providências no sentido de dar consequência daquelas idéias levantadas na nossa última reunião. Eram estas as minhas observações quanto a ATA'. **(A Senhora Deputada Ana Paula Lima)** - 'E a outra questão era ser marcada uma audiência pública para ouvir os SAMAES'. **(O Senhor Presidente)** - 'Temos aqui mais um problema e eu gostaria até de não deliberar, até porque na ausência do Presidente, ele é que esta coordenando todos estes trabalhos, nos temos aqui também a necessidade urgente de marcarmos estes seminários no interior do Estado. Temos uma pré agenda, por exemplo já tem convite expedido a respeito do seminário do dia vinte e quatro de maio em Balneário Camboriú, e pelo que a assessoria me passa os demais ainda não foram definidos. Estão aqui pré agendados, e já é dia nove de junho em Chapecó, portanto a um mês, e haveria necessidade desta Comissão de definir, ou se definisse já o de Chapecó. Na próxima semana, teremos uma nova reunião e já vai ser dia quatorze. Gostaria de deixar aberta, a questão, o Presidente não me pediu, não me disse também qual é o seu pensamento ou encaminhamento, podemos deixar que ele resolva. Há esta questão, temos também no dia quatorze o convite para o Secretário Gilmar Knaesel, que é especificamente para falar de PRODETUR'. **(O Senhor Deputado Celestino Secco)** - 'Senhor Presidente, pelo que eu entendi, o Presidente Dado, a nós me pareceu, que naquela última reunião, que nós aprovamos a realização destas audiências regionais, e a questão

das datas o Deputado Dado Cherem, Presidente da nossa Comissão, iria verificar com a presidência da Casa e organizar, de tal sorte com as cidades onde serão realizadas estas audiências, porque aí é uma questão operacional. A Comissão aprovou a realização das audiências, acho até que acrescentamos uma em São Joaquim, fazer no mesmo dia de Lages, só não aprovamos as datas, porque isto é uma questão operacional da Comissão. Mas em princípio este calendário com estas audiências públicas a Comissão aprovou. Portanto é uma questão meramente operacional'. **(O Senhor Presidente)** - 'Havia dúvida de Siderópolis'. **(O Senhor Deputado Celestino Secco)** - 'O Deputado Comin, sugeriu que nós fizéssemos nessa audiência pública, uma abordagem sobre o contorno da barragem São Bento. E eu é que me atravesssei, dizendo que como não é uma audiência sobre a sazonalidade turística de Criciúma, que então deveríamos fazer a audiência em dois tempos, parece que isto foi aprovado. Também no mesmo dia, faríamos no Balneário Guelerer a questão do contorno da barragem São Bento e num hotel de Criciúma, se não me engano, faríamos a audiência da região sul. Portanto, teríamos São Joaquim e Lages, duas audiências no mesmo dia e Criciúma, duas audiências no mesmo dia, com assuntos diferentes. Foi esta a deliberação que foi tomada aqui, naquele dia'. **(A Senhora Deputada Ana Paula Lima)** - 'Seria uma em Criciúma e uma em Siderópolis? Ou a gente faria um almoço?' **(O Senhor Deputado Celestino Secco)** - 'Volto a dizer, é uma questão operacional, que independe da Comissão'. **(O Senhor Presidente)** - 'Porque você com o mesmo público, as mesmas características regionais'. **(O Senhor Deputado Celestino Secco)** - 'Não, não, não, é por isso que nós estabelecemos dois tempos para a audiência pública, porque não é o mesmo público'. **(O Senhor Presidente)** - 'E Lages e São Joaquim?'. **(O Senhor Deputado Celestino Secco)** - 'Eu acho que Lages e São Joaquim, tem o problema regional. São Joaquim hoje se considera pólo, tem a secretaria regional, querem um tipo de turismo diferente de Lages'. **(A Senhora Deputada Ana Paula Lima)** - 'E foi a solicitação de algum parlamentar de São Joaquim. Que por São Joaquim estar discutindo o "caminho das neves" é uma região próspera e há uma intriga, acho, regional ali, porque inclusive na carta que eu entreguei ao Presidente, que as cidades um pouquinho distantes de Lages, não cresceram por causa de Lages. É uma briga regional, é uma intriga regional. **(O Senhor Presidente)** - "Deputada, até eu recebi uma correspondência da câmara de Vereadores, sobre esta questão, e vou dizer com toda a tranqüilidade, se for mais produtivo fazer em São Joaquim, não faria em Lages, faria em São Joaquim, o nosso objetivo não é sair passeando, agradando este ou aquele vereador, é nós ter produtividade destas questões, não faríamos em Lages, faríamos em São Joaquim, estas coisas tem que ser muito claras. **(O Senhor Deputado Celestino Secco)** - "Mas de novo, Presidente Ceron, é uma questão operacional, ou seja, o papel da Comissão é aprovar a realização das audiências regionais nestas cidades e eventualmente daqui a pouco em outras. A partir daí, é uma questão operacional, apenas para nos dizer, olha, a audiência pública esta confirmada para o dia nove de junho em Chapecó, no local tal, na hora tal. Estas coisas, de caráter operacional que independem dos Deputados na operacionalização, a participação dos Deputados será na audiência'. **(O Senhor Presidente)** - 'Então consideramos como já definido o calendário e não necessária a apreciação e fica agora, exatamente a Comissão incumbida da sua operacionalização'. **(O Senhor Deputado José Paulo Serafim)** - 'Na verdade, neste calendário está o nome das cidades que vão sediar, em Siderópolis será no Guelerer e em Criciúma?' **(O Senhor Deputado Celestino Secco)** - 'Pelo que eu entendi, a Deputada Ana Paula me corrigiu, mas pelo que eu entendi, haveria a questão do projeto de ocupação turística da barragem e do seu contorno, seria um assunto e depois a questão da sazonalidade turística da região sul, seria um outro assunto, o primeiro seria lá, ao lado da barragem o segundo seria em Criciúma, a Deputada me corrige, dizendo que poderiam ser as duas lá'. **(O Senhor deputado José Paulo Serafim)** - 'Legal, só que acho que pode complicar, porque é o mesmo assunto. Este assunto poderia ser discutido em Criciúma, que é um problema com certeza, que é do lado'. **(O Senhor Deputado Celestino Secco)** - 'Deputado Serafim, são dois temas absolutamente diferentes. Porque um vai discutir um projeto específico de turismo para a barragem São Bento. E outro, vai discutir o turismo de Laguna, de Garopaba, de Imaruí, de Braço do Norte, de Gravatal, de Orleães, de Grão Pará, de Araranguá, de Passo de Torres, de Praia Grande. O outro vai abordar a sazonalidade da macro região sul. E aquele outro é específico de uma situação. Misturaremos temas'. **(O Senhor Deputado José Paulo Serafim)** - 'Mas nisto que vossa excelência esta colocando, tirando fora

a questão da barragem, vai misturar temas, vai ter litoral, vai ter agricultura'. **(O Senhor Deputado Celestino Secco)** - 'Sim, mas aí será abordado o aspecto da convocação da audiência pública, que é a sazonalidade turística, suas causas e suas consequências. É este assunto específico, que claro, vai abordar a sazonalidade da água termal, da praia, de tudo. Mas de uma macro região. E o outro é a discussão de um projeto. Que aí vai ter que envolver estímulos públicos, que o Estado não vai botar dinheiro para fazer empreendimento turístico na barragem São Bento, mas poderá estimular um projeto para aquilo'. **(O Senhor Presidente)** - 'Solicito aos Senhores Deputados se alguém tem projetos para relatar? Nós teríamos permissão dos Senhores Deputados, para fazer a apresentação do parecer do PL/0039.5/2003, cujo autor é o Deputado Jorginho Melo, que foi encaminhado pelo Senhor Presidente a este Deputado para ser seu relator. A ementa do Projeto reconhece o Município de Herval d'Oeste como capital catarinense da Alfafa. Passou na Comissão de Constituição e Justiça com sua aprovação, efetivamente a documentação pertinente esta toda OK. Eu tenho aqui o meu parecer, vou pedir permissão para não lê-lo na íntegra, tenho aqui o meu voto, reconhecendo estes aspectos meritórios da iniciativa, manifestamos nosso entendimento de que o projeto deve ter continuidade, opinando pela aprovação da matéria'. 'Em discussão, não havendo quem queira discutir em votação'. **(O Senhor Deputado Celestino Secco)** - 'Eu só quero fazer um registro, não tenho nada com a gramínea, mas Herval d'Oeste, merecia um título mais bonito'. **(O Senhor Presidente)** - 'É, como não está em discussão o mérito neste aspecto'. **(O Senhor Deputado Celestino Secco)** - 'É apenas para fazer o registro. Estamos na Comissão de Turismo e Meio Ambiente e vende muito pouco do ponto turístico, um título desta natureza. Claro que vou votar favorável, mas quero fazer o registro. Conheço bem a cidade de Herval d'Oeste, sua história, ela merecia um título mais bonito'. **(O Senhor Deputado José Paulo Serafim)** - 'Da mesma forma, Senhor Presidente, tenho preocupação, mas acredito que o autor do Projeto o Deputado Jorginho Melo, tenha tido esta preocupação. Porque, enquanto vereador de Criciúma, lembro que muitos vereadores apresentavam projetos dando nome de bairros, criando problemas, porque o próprio bairro as vezes não sabia e o nome não era de conhecimento e de consenso, e aí dava os problemas. Mas eu acho, que com certeza o Deputado Jorginho Melo, deve ter discutido'. **(O Senhor Deputado Celestino Secco)** - 'Eu não estou duvidando que o Deputado não tenha conduzido'. **(O Senhor Deputado José Paulo Serafim)** - 'Não, mas de qualquer forma, tenho preocupação com isso, ele pode não ter esta experiência, e de repente pode ter problemas. Eu estou aprovando, referendando o presente Projeto, mas acho que é uma preocupação. Lá em Criciúma, o que definimos, Deputado Celestino Secco, que todo os Projeto que dariam nome para qualquer bairro, teria que vir no mínimo com um abaixo assinado'. **(A Senhora Deputada Ana Paula Lima)** - 'A preocupação do Deputado Serafim, é que a comunidade, eu não conheço a de Herval d'Oeste, o que a comunidade vai pensar sobre este assunto, não sei se todos estão de acordo. Já que lá em Criciúma, houve esta preocupação, para que não houvesse nenhuma manifestação na cidade. Eu não conheço'. **(O Senhor Presidente)** - 'A responsabilidade evidentemente é do proponente, e ele é o representante legítimo. Voto favorável, conheço as atividades da alfafa, lá em casa nos fomos criados, foi uma das atividades, já disse, meu falecido pai criou os filhos com a atividade do cultivo da alfafa, é daquela região, sou de Tangará, vizinho de Herval d'Oeste, e temos a certeza absoluta que o Deputado Jorginho ponderou todas estas questões, que causa a primeira vista, uma espécie de dúvida, até justificável, mas com certeza cabe, somos totalmente favorável, sem entrar nestes outros méritos aqui discutidos'. 'Fica o presente Projeto de Lei, aprovado por unanimidade aqui nesta Comissão. Coloco a palavra livre a todos os Senhores Deputados. Não havendo quem queira fazer uso, damos por encerrada a presente reunião. a qual eu, Newton Zomkowski, Assessor Técnico, lavrei e digitei a presente Ata, que após lida e achada correta, será assinada pelo Senhor Presidente. Sala das Comissões, em 07 de maio de 2003

Deputado **ANTONIO CERON**

Presidente

*** X X X ***

ATAS DA PROCURADORIA

Michel Curi, Procurador-Geral
 Maria Aparecida Tridapalli Archer -Secretária

ATA DA 1458ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano dois mil e três, às quatorze horas, sob a Presidência do Procurador-Geral, Michel Curi, reuniu-se o Colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1458ª sessão ordinária. Presentes os Procuradores, Anselmo Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, José Carlos da Silveira, Luiz Alberto Seccon, Fábio Furlan, Paulo Henrique Rocha Faria Júnior e José Buzzi. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria do Procurador Anselmo Klein - processo 352/03, de Alvai Manoel Pereira, parecer aprovado. 2) Relatoria da Procuradora Maria Margarida Bittencourt Ramos - processo 168/03, de Enio Luiz Spaniol e proc. s/nº - providências administrativas referente ao Mandado de Segurança nº 2003.007305-1, de Edú Oliveira Soares, pareceres aprovados, o primeiro pelo indeferimento. A Relatora comunicou que encaminhou ao Tribunal de Justiça petição acerca de decisão proferida no Habeas Data nº 2001.014046-2, Capital, e retirou de pauta o processo 162/03, de Adenau Dilmar Franke. 3) Relatoria do Procurador José Carlos da Silveira - aprovado pelo indeferimento o parecer ao processo 233/03, de Pedrinho Busatta; o Relator retirou de pauta os processos 200/03 e 427/03, e, deu conhecimento da informação prestada na ADI nº 2865, Requerente o Governador do Estado, norma impugnada, Lei Estadual nº 12.466/02. 4) Relatoria do Procurador Fábio Furlan - processos 156/00, de José João de Souza e 685/03, de Clêo Fátima Manfrin, pareceres aprovados pelo indeferimento e deferimento, respectivamente; retirado de pauta pelo Relator, o processo 369/03, de Sérgio Luiz Seemann. 5) Relatoria do Procurador Paulo Henrique Rocha Faria Júnior - aprovados pareceres aos processos 686/03, de Maria Elisabete Moreira e 702/03, de José Ricardo Paixão. 6) Relatoria do Procurador José Buzzi - processo 733/03, de Sérgio Rogério Furtado Arruda, parecer aprovado; retirado de pauta pelo Relator, o processo 755/03, de Clóvis Nelson Pires da Silva. Incluído, extra-pauta, a pedido do Procurador Luiz Alberto Seccon, solicitação da Presidência, sobre providências administrativas ao Acórdão proferido no Mandado de Segurança nº 2002.009781-00, impetrante Altair Peixoto - isenção previdenciária, parecer aprovado. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão, convocando outra ordinária para o próximo dia trinta de abril, à mesma hora e local. Eu, Maria Aparecida Tridapalli Archer, Secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Procuradores presentes. Sala das Sessões, 24 de abril de 2003.

*** X X X ***

Michel Curi, Procurador-Geral
 Maria Aparecida Tridapalli Archer -Secretária

ATA DA 1459ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de maio do ano dois mil e três, às quatorze horas, sob a Presidência do Procurador-Geral, Michel Curi, reuniu-se o Colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1459ª sessão ordinária. Presentes os Procuradores, Anselmo Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, José Carlos da Silveira, Luiz Alberto Seccon, Fábio Furlan, Paulo Henrique Rocha Faria Júnior e José Buzzi. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Em regime de vista: processo 238/03, de Zany Estael Leite, Relator Procurador Anselmo Klein; retirado de pauta pelo Procurador-Geral. 2) Relatoria do Procurador Anselmo Klein - aprovados pareceres aos processos 783/03, de Ademar Francisco Koerich; 840/03, de Maurino Nemésio Francisco; processo s/nº - Of. nº 115/03/OE/TP-TJ, Processo-Crime nº 02.028121-8 de Tubarão, acusado Genésio de Souza Goulart. Continuando, deu conhecimento do parecer já encaminhado ao interessado, sem apreciação do Colegiado, à Consulta do Deputado Moacir Sopelsa, sobre "pagamento-remuneração por conta de convocação". Do mesmo Relator, saiu de pauta com pedido de vista do Procurador Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, o processo 765/02, de Ione Tavares Bello. 3) Relatoria da Procuradora Maria Margarida Bittencourt Ramos - processos

731/03, de Alcení Duarte; 741/03, de Solange B. Radtke Brasil Gonçalves; 782/03, Antonio Carlos Vieira Júnior, pareceres aprovados. Também aprovado, parecer sobre cumprimento da decisão, proferida na Ação Ordinária 023.97.248104-1, interessados Adúlcio Vieira e outros, "gratificação de que trata a Res. 1517/89, consolidada pela Res. 040/92." A Relatora comunicou que prestou informações no Mandado de Segurança nº 2003.007305-1, Capital, impetrante Edú Oliveira Soares, "isenção previdenciária." 4) Relatoria do Procurador José Carlos da Silveira - aprovados pareceres aos processos, 637/03, de Mariane Cristina Tillmann; 723/03, de Alípiá Vieira Moreira; 790/03, de Epitácio Bittencourt Sobrinho; processo s/nº - Of. 164/03, Consulta do Deputado Antônio Carlos Vieira, "ratificação de pedido formulado no Of. 108/03; processo - s/nº - Of. PGE/GAP nº 774/03, Procurador-Geral do Estado, "informações-notificações fiscais de lançamento de débito emitidas pelo INSS"; processo s/nº - Of. 190/03 da Presidência da CPVACP, "situação funcional da servidora Maria Teresinha da Silva." Deu-se por impedida de votar no processo 790/03, a Procuradora Maria Margarida Bittencourt Ramos. 5) Relatoria do Procurador Luiz Alberto Seccon - processos 627/00, de Leogildo Agenor Lino; 667/03, de Walbia Salette Bittencourt Corrêa; 670/03, de Célia Maria e Silva; 674/03, de José Carlos Carvalho de Lima; 708/03, de Waldir Roesner; 775/03, de Ana Maria Maia Ramos, pareceres aprovados, com impedimento da Procuradora Maria Margarida Bittencourt Ramos, no segundo processo. 6) Relatoria do Procurador Fábio Furlan - processos 372/03, de Francisco Carlos Andrade Souza; 469/03, de Antônio Eduardo Ghizzo; 620/03, de Júlio Cesar Marchi; 675/03, de Rubens Ramos Filho; processo s/nº - Of. 49/03 - Consulta do Deputado João Paulo Kleinübing, "Projeto de Lei nº 034.2-03", pareceres aprovados. No processo nº 469/03, votou com restrições o Procurador José Buzzi e absteve-se o Procurador José Carlos da Silveira. A Procuradora Maria Margarida Bittencourt Ramos, deu-se por impedida nos processos 469/03 e 675/03. 7) Relatoria do Procurador Paulo Henrique Rocha Faria Júnior - processos 681/03, de Alexandre Pantaleão Athanásio; 690/03, de Siomara Gonçalves Videira; 773/03, de Edmundo Machado de Bittencourt; 787/03, de Cleide Maria Winckler; 804/03, de Sérgio Luiz Cardoso; pareceres aprovados, sendo o primeiro pelo arquivamento. O Relator retirou de pauta o processo s/nº - Consulta do Diretor do Departamento Administrativo, "pagamento serviços adicionais ao contrato 034/01 - PROSUL." 8) Relatoria do Procurador José Buzzi - aprovados pareceres aos processos 767/03, de Mari Ângela Pauli Custódio; 770/03, de Aldo Luiz Garcia; 838/03, Neusa da Silva Mattos; 874/03, de Maria de Fátima S. Ramos da Silva. Retirado de pauta pelo Relator, o processo 755/03, de Clóvis Nelson Pires da Silva. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão, convocando outra ordinária para o próximo dia quatorze de maio, à mesma hora e local. Eu, Maria Aparecida Tridapalli Archer, Secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Procuradores presentes. Sala das Sessões, 07 de maio de 2003.

*** X X X ***

DECRETO LEGISLATIVO

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 40, inciso IV, letra "c", da Constituição do Estado e art. 186, inciso IX, do Regimento Interno e eu, Deputado Volnei Morastoni, Presidente, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO N. 18.244, de 2003

Concede licença ao Governador do Estado para ausentar-se do País.

Art. 1º Fica autorizado o Governador do Estado de Santa Catarina a ausentar-se do País, no período compreendido entre os dias 17 de maio e 02 de junho do corrente ano, com destino à Rússia, Eslováquia e França, tendo como motivos principais as negociações visando ampliar as exportações, estabelecer parcerias e contatos nas áreas tecnológica, econômica e cultural.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 14 de maio de 2003.

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
 Deputado Romildo Titon - 1ª Secretária
 Deputado Sérgio Godinho - 3º Secretário

*** X X X ***